

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 03 de janeiro de 2019

Assunto: Audição urgente da Ministra da Saúde, Marta Temido, sobre a decisão de lançamento de concurso para uma nova Parceria Público Privada para o Hospital de Braga

As unidades inseridas no Serviço Nacional de Saúde devem ser, sem exceção, de gestão pública. Esta é uma medida clarificadora da relação entre o público e o privado, que combate a promiscuidade que afeta de forma drástica os recursos públicos e é uma medida que reforça o papel do Estado e das suas funções sociais.

As Parcerias Público Privadas na Saúde devem ser extintas. Porque os privados já provaram não fazer melhor do que o público, porque os privados não têm os mesmos objetivos que a gestão pública e porque o privado deve ter uma função supletiva em relação ao Serviço Nacional de Saúde. Assim se protegerá o SNS.

O hospital de Braga é um dos 4 hospitais que funcionam ainda em regime PPP. Ao longo dos anos de vigência desta PPP provou-se que o SNS deve ser exclusivamente de gestão pública porque esta é a única que tem como objetivo o interesse dos utentes; já a gestão privada preocupa-se, antes de mais, com a conta bancária do grupo económico que a está a gerir.

Logo no início da exploração do hospital de Braga, a gestão da José de Mello Saúde tinha por hábito enviar os doentes mais complexos ou que exigiam tratamentos mais dispendiosos para os hospitais do Porto.

Durante estes anos o racionamento de medicamentos - em concreto para o HIV Sida e para a esclerose múltipla – tem sido uma constante porque o hospital de Braga exige do Estado uma renda adicional para essa dispensa.

Os tempos de espera para consultas foram sempre um problema e nos últimos tempos os tempos de espera para cirurgia aumentaram exponencialmente. Esse aumento de listas e de tempo de espera deveu-se porque, segundo a própria administração, a PPP queria que o Estado contratualizasse mais consultas e cirurgias para que o hospital fizesse aquilo que qualquer hospital tem a obrigação de fazer. A diferença é que este hospital, não tendo gestão pública, também não tem como bem maior o interesse público.

Estes são alguns dos episódios que ao longo dos anos exemplificam o porquê de não se dever ter uma gestão privada, para além de que nos hospitais de gestão privada a precariedade dos profissionais de saúde é maior e os indicadores de segurança e de acesso tendem a ser piores do que os registados em muitos hospitais públicos.

Foi, por isso, com naturalidade que o Bloco de Esquerda ouviu a atual Ministra da Saúde anunciar, na última audição na Comissão Parlamentar de Saúde, a mais do que provável não renovação da PPP de Braga.

Nessa audição foi dito, pela atual titular da pasta da saúde que o Grupo Mello não quis continuar a explorar o hospital de Braga porque exigia mais dinheiro para o fazer. Foi dito ainda, textualmente, que “pelos vistos as entidades privadas têm custos superiores aos das entidades públicas nalguns casos” e que “é evidente que se internalizarmos o hospital de Braga isso é um caminho sem regresso”.

No entanto, é hoje confirmado pela ARS Norte que a gestão pública do hospital de Braga acontecerá a partir do dia 31 de agosto de 2019, mas só durante o tempo necessário para o lançamento de uma nova PPP para a gestão clínica deste hospital.

Esta é uma péssima decisão por parte do Governo e uma subordinação das funções do Estado aos interesses dos privados. O Estado não é nem pode ser a almofada dos privados nem serve para gerir apenas enquanto um novo privado se prepara para fazer negócio com um hospital inserido no SNS.

É, para além de uma péssima decisão, uma dupla contradição: primeiro, com o que a Ministra da Saúde afirmou na Comissão de Saúde no dia 12 de dezembro de 2018 (há

menos de um mês); segundo, em relação àquilo que o próprio Governo disse que propunha para uma nova Lei de Bases da Saúde. Essa proposta do governo foi apresentada como uma proposta que separava e clarificava as funções do público e do privado. Ora, esta decisão de lançar uma nova PPP para um hospital inserido no SNS apenas mantém a confusão, a promiscuidade e o uso de recursos públicos para financiar os interesses dos privados.

Por tudo isto o Bloco de Esquerda considera que são necessárias explicações urgentes ao Parlamento e ao país por parte da Ministra da Saúde.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a Audição urgente da Ministra da Saúde, Marta Temido, sobre a decisão de lançamento de concurso para uma nova Parceria Público Privada para o Hospital de Braga.

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Moisés Ferreira